

***Terminal Químico de
Aratu S.A. - Tequimar***

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras*

KPMG Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1 - 6
Balancos Patrimoniais	7 - 8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11 - 12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	13 - 14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	16 - 70



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Terminal Químico de Aratu S.A – Tequimar**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Avaliação do valor recuperável do ágio

Veja a Nota 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Companhia é requerida a efetuar anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura ("goodwill"). A aquisição das operações da União Terminais e Temmar, resultou em reconhecimento de ágio no montante de R\$ 254.870 mil, conforme divulgado na notas explicativa 12, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente.</p> <p>A avaliação de necessidade ou não de redução do valor recuperável é suportada por estimativa de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração da Controladora Ultrapar Participações S.A., que são baseados em metodologias e premissas que envolvem julgamento, tais como: taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado</p> <p>O processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação de valor recuperável de tais ativos envolve complexidade, julgamento e incerteza, e eventuais alterações efetuadas no referido cálculo podem impactar as demonstrações financeiras. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos a identificação e mensuração do valor recuperável da unidade geradora de caixa onde o ágio está alocado.</p> <p>Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da metodologia adotada pela Companhia e as premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, comparação com informações históricas e teste da precisão aritmética das formulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado.</p> <p>Avaliação da análise de sensibilidade das premissas significativas e comparação com os orçamentos aprovados no período anterior com os valores reais apurados no exercício corrente.</p> <p>Comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com o valor contábil e avaliação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas, sendo considerada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração esta conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	19.550	117.254
Aplicações financeiras	3.b	45.083	33.916
Contas a receber de clientes	4	34.714	37.139
Estoques		6.085	5.565
Tributos a recuperar	5	28.824	10.102
Demais contas a receber		1.136	11.655
Despesas antecipadas	8	<u>3.737</u>	<u>10.491</u>
Total do ativo circulante		<u>139.129</u>	<u>226.122</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	3.b	3.426	3.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	7.604	7.826
Tributos a recuperar	5	7.285	1.583
Depósitos judiciais	17	7.574	5.973
Demais contas a receber		141	141
Despesas antecipadas	8	<u>260</u>	<u>307</u>
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>26.290</u>	<u>19.256</u>
Investimentos			
Controladas	9.a	157.360	106.044
Empreendimento controlado em conjunto	9.b	7.342	7.446
Outros		<u>1.070</u>	<u>1.070</u>
		<u>165.772</u>	<u>114.560</u>
Ativos de direito de uso	10	304.675	-
Imobilizado	11	954.948	800.302
Intangível	12	259.933	271.999
		<u>1.519.556</u>	<u>1.072.301</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.711.618</u>	<u>1.206.117</u>
Total do ativo		<u>1.850.747</u>	<u>1.432.239</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Financiamentos e instrumentos financeiros	13	9.625	10.137
Debêntures	13.d	513	-
Fornecedores nacionais		32.245	50.963
Salários e encargos sociais	14	28.699	25.776
Obrigações tributárias	15	9.670	9.110
Dividendos propostos a pagar	19.e	6.268	22.370
Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.068	2.145
Benefícios pós-emprego	16.b	231	2.408
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.a	1.281	2.916
Contas a pagar - indenização de seguradoras	18	-	3.501
Adiantamento de clientes		-	4.823
Contraprestação contingente		-	5.954
Arrendamentos a pagar	10.b	10.035	-
Termo de Ajustamento de Conduta a pagar	17.b.1	44.971	-
Demais contas a pagar		<u>8.016</u>	<u>14.813</u>
Total do passivo circulante		<u>159.622</u>	<u>154.916</u>
Não circulante			
Financiamentos e instrumentos financeiros	13	7.473	17.659
Debêntures	13.a; 13.d	89.462	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.a	8.952	21.191
Benefícios pós-emprego	16.b	4.489	2.699
Arrendamentos a pagar	10.b	294.137	-
Adiantamento de clientes	2.o	47.111	23.560
Demais contas a pagar		<u>2.187</u>	<u>2.163</u>
Total do passivo não circulante		<u>453.811</u>	<u>67.272</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	771.362	762.556
Instrumento patrimonial outorgado	19.b; 6.c	373	70
Reservas de lucros	19.c	464.972	447.644
Ajuste de avaliação patrimonial	2.n;19.d	(1.884)	(259)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	19.e	<u>2.491</u>	<u>40</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.237.314</u>	<u>1.210.051</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.850.747</u>	<u>1.432.239</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de serviços	20	540.758	492.082
Custos dos serviços prestados	21	<u>(266.241)</u>	<u>(244.803)</u>
Lucro bruto		274.517	247.279
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	21	(8.684)	(9.112)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	4	88	90
Gerais e administrativas	21	(127.968)	(107.151)
Resultado na venda de bens	22	(807)	(2.165)
Outros resultados operacionais, líquidos	23	<u>(61.835)</u>	<u>(4.865)</u>
Lucro operacional		75.311	124.076
Equivalência patrimonial	9	<u>4.070</u>	<u>1.933</u>
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		79.381	126.009
Receitas financeiras	24	12.696	19.583
Despesas financeiras	24	<u>(12.236)</u>	<u>(958)</u>
Resultado financeiro líquido	24	<u>460</u>	<u>18.625</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		79.841	144.634
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	7.b;7.c	(43.921)	(28.765)
Diferido	7.b	<u>(1.067)</u>	<u>(6.069)</u>
		(44.988)	(34.834)
Lucro líquido do exercício		<u>34.853</u>	<u>109.800</u>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	25	0,462	1,457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		34.853	109.800
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social		14	(27)
Ganhos (perdas) atuariais de benefício pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.n;19.d	(1.639)	836
Resultado abrangente do exercício		<u>33.228</u>	<u>110.609</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
				Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2018		762.556	70	23.598	38.390	385.656	(259)	40	-	1.210.051
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	34.853	34.853
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	14	-	-	14
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	2.n;19.d	-	-	-	-	-	(1.639)	-	-	(1.639)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(1.625)	-	34.853	33.228
Aumento de capital com reservas	19.a;19.c	8.806	-	(8.806)	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	19.b	-	303	-	-	-	-	-	-	303
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(40)	-	(40)
Destinação do resultado líquido:										
Reserva legal	19.c	-	-	-	1.742	-	-	-	(1.742)	-
Reserva para retenção de lucros	19.c; 19.e	-	-	-	-	16.192	-	-	(16.192)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	7.c;7.d	-	-	8.176	-	24	-	-	(8.200)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,001204 por ação ordinária e R\$ 0,613948 por ação preferencial)	19.e	-	-	-	-	-	-	2.491	(8.719)	(6.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		771.362	373	22.968	40.132	401.872	(1.884)	2.491	-	1.237.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
				Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017		747.896	5	23.389	32.900	318.598	(1.068)	47	-	1.121.767
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	109.800	109.800
Outros resultados abrangentes:										
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	(27)	-	-	(27)
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas de imposto de renda e contribuição social	2.n;19.d	-	-	-	-	-	836	-	-	836
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	809	-	109.800	110.609
Aumento de capital com reservas	19.a;19.c	14.660	-	(14.660)	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	19.b	-	65	-	-	-	-	-	-	65
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	10	10
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	10	-	-	(10)	-
Regularização da reserva de incentivos fiscais		-	-	101	-	(109)	-	-	-	(8)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(47)	-	(47)
Destinação do resultado líquido:										
Reserva legal	19.c	-	-	-	5.490	-	-	-	(5.490)	-
Reserva para retenção de lucros	19.c	-	-	-	-	67.157	-	-	(67.157)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	7.c;7.d	-	-	14.768	-	-	-	-	(14.768)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,22575 por ação ordinária e R\$ 0,60694 por ação preferencial)	19.e	-	-	-	-	-	-	40	(22.385)	(22.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		762.556	70	23.598	38.390	385.656	(259)	40	-	1.210.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		34.853	109.800
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Equivalência patrimonial	9	(4.070)	(1.933)
Amortização de ativos de direito de uso	10	20.674	-
Depreciações e Amortizações	11;12	57.011	50.679
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	11;12	3.362	3.105
Provisão Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	23	65.539	-
Juros, variações monetárias		11.078	2.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	1.067	6.069
Resultado na venda de bens	22	807	2.165
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	4	(88)	(90)
Provisão para benefício pós-emprego	16.b	74	719
Instrumento patrimonial outorgado	6.c	303	65
Dividendos recebidos	9	2.057	-
Outros		(147)	676
		192.520	173.504
(Aumento) diminuição no ativo circulante			
Contas a receber de clientes	4	2.513	(2.499)
Estoques		(520)	61
Tributos a recuperar	5	(18.722)	1.633
Demais contas a receber		10.520	(8.052)
Despesas antecipadas	8	6.331	(6.477)
Aumento (diminuição) no passivo circulante			
Fornecedores nacionais		(18.718)	16.383
Salários e encargos sociais	14	2.923	(507)
Obrigações tributárias	15	560	2.247
Imposto de renda e contribuição social		38.937	22.750
Benefícios pós-emprego	16.b	(2.177)	125
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(1.635)	(3.448)
Termo de Ajustamento de Conduta a pagar	17.b.1	(35.568)	-
Demais contas a pagar		(21.074)	(52.601)
(Aumento) diminuição no ativo não circulante			
Tributos a recuperar	5	(5.702)	-
Depósitos judiciais	17	(1.602)	1.971
Despesas antecipadas	8	47	259

Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Aumento (diminuição) no passivo não circulante			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	2.760	1.151
Benefícios pós-emprego	16.b	(620)	(672)
Demais contas a pagar		23.577	(6.723)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(33.014)</u>	<u>(20.814)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>141.336</u>	<u>118.291</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	3.b	(11.168)	5.524
Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	3.a	-	3.662
Aporte de capital em controlada	9.a	(49.205)	(103.373)
Aquisição de imobilizado	11	(203.779)	(159.815)
Aquisição de intangível	12	(617)	(5.304)
Receita com a venda de bens		<u>605</u>	<u>305</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(264.164)</u>	<u>(259.001)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos			
Captação	13	89.308	5.171
Amortização	13	(10.014)	(12.482)
Juros pagos	13	(1.868)	(2.651)
Contraprestação de arrendamento mercantil		(29.932)	-
Dividendos pagos	19.e	(22.370)	(15.658)
Sociedades relacionadas	6.a	<u>-</u>	<u>20.950</u>
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		<u>25.124</u>	<u>(4.670)</u>
Diminuição em caixa e equivalentes de caixa		<u>(97.704)</u>	<u>(145.380)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	117.254	262.634
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	19.550	117.254

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Receitas					
Receita bruta de serviços	20	625.039		566.845	
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	4	88		90	
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	22; 23	(62.642)		(7.030)	
		<u>562.485</u>		<u>559.905</u>	
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(169.563)		(145.107)	
Recuperação de valores de ativos		4		(843)	
		<u>(169.559)</u>		<u>(145.950)</u>	
Valor adicionado bruto		<u>392.926</u>		<u>413.955</u>	
Retenções					
Depreciações e amortizações	11;12	(81.047)		(53.784)	
		<u>(81.047)</u>		<u>(53.784)</u>	
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade		<u>311.879</u>		<u>360.171</u>	
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	4.070		1.933	
Receitas financeiras	24	12.696		19.583	
		<u>16.766</u>		<u>21.516</u>	
Valor adicionado total a distribuir		<u>328.645</u>		<u>381.687</u>	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		137.562	41	124.416	33
Impostos, taxas e contribuições		140.908	42	122.039	31
Despesas financeiras e alugueis		15.322	6	25.432	7
Dividendos		8.719	3	22.385	6
Lucros retidos		26.134	8	87.415	23
Valor adicionado distribuído		<u>328.645</u>	<u>100</u>	<u>381.687</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

O Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Sociedade”) está domiciliado no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 4º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a operação dos terminais de líquidos que requerem manuseio especial.

A Sociedade opera no Porto de Aratu no Estado da Bahia, no Complexo Industrial Portuário de Suape no Estado de Pernambuco, nos terminais de Santos no Estado de São Paulo, no terminal do Estado do Rio de Janeiro, no terminal de Itaqui no Estado do Maranhão e no terminal de Paranaguá no Estado do Paraná com participação de 50% na União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”).

A capacidade instalada da Sociedade totaliza 813.665 m³ em 31 de dezembro de 2019.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

A Sociedade não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pois não possui instrumentos de dívida ou patrimônio negociados em mercado aberto e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis em um órgão regulador visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto. Adicionalmente, a Sociedade é controlada integral da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), a qual divulgou suas demonstrações financeiras consolidadas ao público e junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 19 de fevereiro de 2020.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pela adoção do CPC 06 (R2) em 1 de janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e 2.v)

a. Apuração do resultado

A receita de serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As receitas de serviços prestados de armazenagem são reconhecidas no resultado em função da sua realização. O custo dos serviços prestados inclui o custo de armazenamento. As aberturas das receitas de serviços prestados estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira, demonstradas na nota explicativa nº 24.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 3.a para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade.

c. Ativos financeiros

A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação, quando aplicável. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 27.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito (vide nota explicativa nº 4 e 27.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, ou (ii) para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes, levando-se em consideração as características dos clientes. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão demonstrados pelo valor de custo, líquido de provisão para perdas.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide nota explicativa 9.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 9.b). Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 10). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

A Sociedade aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

h. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº11).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 11, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UCG”), os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 12.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software* e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração sua vida útil, e são revisados anualmente.

A Sociedade não tem contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade possui ágios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 12.a).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações, e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos e debêntures são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 13.e).

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 7.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 17).

n. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 16.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

o. Adiantamento de clientes e demais contas a pagar

Os adiantamentos de clientes e demais contas a pagar são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os adiantamentos de clientes referem-se aos valores recebidos para construção de tanques em expansões e serão amortizados pela prestação de serviços.

p. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

q. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

q.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na determinação de controle de sociedades controladas e na determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f e 9).

q.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 3, 13 e 27), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 4 e 27.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (nota explicativa nº 2.e), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.1 e 7.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.g e 10), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 11), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 12), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.m e 17) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.n e 16.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

r. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade não registrou redução ao valor recuperável nos exercícios apresentados.

s. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

t. Demonstrações de valor adicionado

A Sociedade elaborou, de maneira voluntária, as demonstrações do valor adicionado, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

u. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade apresenta os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos, e apresenta nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

v. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos CPC's (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamentos; e

- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2):

	Nota Explicativa	01/01/2019
Ativo circulante		
Despesa antecipada	8	(423)
Ativo não circulante		
Ativos de direito de uso	10.a	127.708
Intangível	12	(10.423)
Total do ativo		<u>116.862</u>
Passivo circulante		
Arrendamentos a pagar	10.b	1.235
Passivo não circulante		
Arrendamentos a pagar	10.b	115.627
Total do passivo		<u>116.862</u>

Para fins de mensuração, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto nominal e estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do ICPC 22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

w. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Reunião de Diretoria da Sociedade, em 26 de março de 2020.

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 27 conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 68.059 em 2019 (R\$ 154.596 em 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Sociedade estão apresentados conforme abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	5.861	559
Em moeda estrangeira	2.353	529
Aplicações financeiras equivalentes de caixa		
Em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	11.336	116.166
	<u>19.550</u>	<u>117.254</u>

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Sociedade, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional		
Títulos e fundos de renda fixa	47.925	37.342
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	584	-
	<u>48.509</u>	<u>37.342</u>
Total de aplicações financeiras	<u>48.509</u>	<u>37.342</u>
Circulante	45.083	33.916
Não circulante	3.426	3.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 27.h).

4 Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/201</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes nacionais	34.094	36.789
Clientes estrangeiros	2.621	2.439
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação	<u>(2.001)</u>	<u>(2.089)</u>
	<u>34.714</u>	<u>37.139</u>
Circulante	34.714	37.139

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, é demonstrada abaixo:

	Total	Vencidos					
		A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	36.715	27.161	7.727	26	135	53	1.613
31/12/2018	39.228	34.981	2.347	307	3	-	1.590

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	Vencidos					
		A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	2.001	-	-	-	-	-	2.001
31/12/2018	2.089	-	-	-	-	-	2.089

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.179
Adições	-
Reversões	(90)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.089
Adições	-
Reversões	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.001

Para maiores informações sobre as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (vide nota explicativa nº 27.d.3).

5 Tributos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do IRPJ e da CSLL.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS e COFINS ⁽²⁾	26.322	1.630
IRPJ e CSLL ⁽¹⁾	9.772	9.993
Outros	15	62
Total	<u>36.109</u>	<u>11.685</u>
Circulante	28.824	10.102
Não circulante	7.285	1.583

⁽¹⁾ Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 3 anos.

⁽²⁾ A Sociedade possui créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, cuja estimativa de realização desses créditos pela Administração é de até 3 anos.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Operações comerciais		Transações	
	Contas a receber⁽¹⁾	Demais contas a pagar⁽¹⁾	Receita	Despesas
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	1	-	302
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	601	-	4.342	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	-	-	13.801	-
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	946	-	12.144	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	105	-	2.018
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	3	44.963	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	-	3.846	-
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	-	-	-	6.269
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A	300	-	-	-
Serma – Assoc. dos Usuários de Equip. de Process. de Dados e Serviços Correlatos	-	-	-	1.707
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.707</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>1.847</u>	<u>109</u>	<u>79.096</u>	<u>10.296</u>

	Operações comerciais			Transações	
	Demais a receber	Contas a receber⁽¹⁾	Demais contas a pagar⁽¹⁾	Receitas	Despesas
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	-	2	-	390
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	9.043	223	-	2.519	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	-	819	-	11.455	-
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	-	1.061	-	11.174	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	-	30	-	972
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	-	-	53.805	-
Imaven Imóveis Ltda.	-	-	5	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	-	-	3.620	-
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	-	-	522	-	522
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>522</u>	<u>-</u>	<u>522</u>
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>9.043</u>	<u>2.103</u>	<u>559</u>	<u>82.573</u>	<u>1.884</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à prestação de serviços de armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional.

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa.

Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias.

b. Pessoal-chave da administração

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 6.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 16.b).

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração de curto prazo	3.524	3.140
Remuneração em ações	70	167
Benefício pós-emprego	<u>(293)</u>	<u>232</u>
Total	<u>3.301</u>	<u>3.539</u>

c. Plano de ações

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações.

O valor total concedido a executivos até 2019, incluindo encargos tributários, foi R\$ 4.750 (R\$ 4.750 até 2018). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2019 no montante de R\$ 347 (R\$ 515 em 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Ultrapar mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Ultrapar ou de controladas. As informações contidas nesse plano de remuneração refletem ambos os planos.

Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Ultrapar, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de ações restritas e de performance outorgados. O valor total concedido a executivos até 2019, incluindo encargos tributários foi de R\$ 3.860 (R\$ 552 em 2018). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de três a seis anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2019 no montante de R\$ 535 (R\$ 122 em 2018) foi registrada como despesas gerais e administrativas.

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de adições temporárias, reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para perda de ativos	41	33
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.362	8.079
Provisão para benefícios pós-emprego	1.605	1.736
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	627	90
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	7.292	7.470
Provisão para diferenças caixa vs. competência	6	16
Provisão Para Fornecedores	2.271	1.191
Provisão Para Bônus / PLR	4.768	4.344
Operações de arrendamento mercantil	3.170	-
Total	<u>23.142</u>	<u>22.959</u>
Compensações de saldos passivos	<u>(15.538)</u>	<u>(15.133)</u>
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u><u>7.604</u></u>	<u><u>7.826</u></u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para diferenças caixa vs. competência	463	40
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	14.885	14.885
Reavaliação de imobilizado	190	208
Total	<u>15.538</u>	<u>15.133</u>
Compensações de saldos ativos	<u>(15.538)</u>	<u>(15.133)</u>
Saldos líquidos apresentados no passivo	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	<u>7.826</u>	<u>14.326</u>
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(1.067)	(6.069)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	<u>845</u>	<u>(431)</u>
Saldo final	<u><u>7.604</u></u>	<u><u>7.826</u></u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

Até 1 ano	9.474
De 1 a 2 anos	1.830
De 2 a 3 anos	1.206
De 3 a 5 anos	2.416
De 5 a 7 anos	4.575
De 7 a 10 anos	<u>3.641</u>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u><u>23.142</u></u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	75.771	142.701
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(25.762)</u>	<u>(48.518)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:		
Despesas indedutíveis (i)	(28.365)	(1.746)
Receitas não tributáveis	13	-
Demais ajustes	<u>926</u>	<u>662</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(53.188)</u>	<u>(49.602)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE	<u>8.200</u>	<u>14.768</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(44.988)</u>	<u>(34.834)</u>
Corrente	(43.921)	(28.765)
Diferido	(1.067)	(6.069)

(i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, termo de ajustamento de conduta (TAC), doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes unidades da Sociedade gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Terminal de Suape	75	2020
Terminal de Aratu	75	2022
Terminal de Itaquí	75	2025

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 2018 e 2019, a Sociedade não possui prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL para compensar com possíveis lucros tributáveis futuros, portanto não foram constituídos tributos diferidos.

8 Despesas antecipadas

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios de seguros	3.047	9.352
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 6.c)	409	451
Aluguéis	-	423
Manutenção de software	541	572
	<u>3.997</u>	<u>10.798</u>
Circulante	3.737	10.491
Não circulante	260	307

9 Investimentos**a. Sociedades controladas**

A composição e movimentação do investimento em sociedades controladas é demonstrada abaixo

	31/12/2019	
	TEAS	Tequimar Vila Do Conde
Saldo inicial	47.864	-
Mais-valia	57.328	-
Ágio	797	-
Amortização de mais-valia	(528)	-
Equivalência patrimonial	583	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>106.044</u>	<u>-</u>
Aporte de Capital (*)	-	50.258
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(3)	(1)
Dividendos acionistas controladores	(583)	(1)
Amortização de mais-valia	(1.053)	-
Equivalência patrimonial	2.694	6
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>107.098</u>	<u>50.262</u>

(*) Aporte de capital para controlada realizar o pagamento das outorgas de concessões portuárias, no montante de R\$ 45.554 (vide nota explicativa nº 28.c).

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado:

	31/12/2019		31/12/2018
	TEAS	TEQUIMAR VILA DO CONDE	TEAS
Ativo circulante	13.807	3.889	9.747
Ativo não circulante	36.925	48.324	39.612
Passivo circulante	178	1.951	912
Patrimônio líquido	50.554	50.262	48.447
Receita líquida	6.269	-	2.090
Custos e despesas operacionais	(2.573)	(77)	1.240
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.002)	83	118
Lucro líquido	2.694	6	732
Quantidade de ações ou cotas possuídas	39.897.788	50.258.474	39.897.788
Participação no capital social - %	100	100	100

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto

A Sociedade participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no porto de Paranaguá.

A composição e movimentação do investimento em empreendimento controlado em conjunto é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096
Equivalência patrimonial	<u>1.350</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446
Equivalência patrimonial	1.370
Dividendos propostos	<u>(1.474)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.342</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado da União Vopak:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	6.818	8.432
Ativo não circulante	9.182	8.552
Passivo circulante	1.116	1.814
Passivo não circulante	200	280
Patrimônio líquido	14.684	14.890
Receita líquida	15.400	16.938
Custos e despesas operacionais	(12.083)	(13.154)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(577)	(1.084)
Lucro líquido	2.740	2.700
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	29.995
Participação no capital social - %	50	50

10 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade possui contratos de arrendamento de imóveis.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Custo:						
Imóveis	7	127.670	197.020	-	-	324.690
Outros	4	38	654	(39)	-	653
		<u>127.708</u>	<u>197.674</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>325.343</u>
Amortização acumulada:						
Imóveis		-	-	-	(20.474)	(20.474)
Outros		-	-	6	(200)	(194)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>(20.674)</u>	<u>(20.668)</u>
Custo líquido		<u>127.708</u>	<u>197.674</u>	<u>(33)</u>	<u>(20.674)</u>	<u>304.675</u>

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019
Custo dos serviços prestados	<u>20.674</u>
	<u>20.674</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção CPC 06 (R2)	116.862
Apropriação de juros	19.602
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(29.932)
Adições e remensurações	197.674
Baixas de contratos	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>304.172</u>
Circulante	10.035
Não circulante	294.137

Os desembolsos futuros (contraprestação), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentadas abaixo:

Até 1 ano	18.304
De 1 a 2 anos	34.708
De 2 a 3 anos	24.111
De 3 a 4 anos	24.111
De 4 a 5 anos	23.812
Mais de 5 anos	<u>151.120</u>
	<u>276.166</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas)

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar
Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

Passivo de arrendamento	
Base real	304.171
Base inflacionada	<u>323.212</u>
	<u>25,47%</u>
Ativo de Direito de uso líquido	
Base real	304.675
Base inflacionada	<u>323.716</u>
	<u>25,42%</u>
Despesa Financeira	
Base real	19.602
Base inflacionada	<u>31.377</u>
	<u>60,07%</u>
Despesa Depreciação	
Base real	20.673
Base inflacionada	<u>20.948</u>
	<u>1,33%</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Transfe-rências (i)	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Custo:							
Adiantamentos fornecedores	-	454	-	-	(454)	-	-
Terrenos	-	34.544	43.420	-	-	-	77.964
Edificações	34	49.678	438	-	5.716	-	55.832
Benfeitorias em imóveis de terceiros	30	200.035	1.793	-	55.125	(12)	256.941
Máquinas e equipamentos	18	883.586	10.485	-	112.781	(452)	1.006.400
Veículos	6	9.609	2.415	-	-	(1.088)	10.936
Móveis e utensílios	10	6.834	213	-	74	(1)	7.120
Obras em andamento	-	151.097	153.084	-	(173.426)	-	130.755
Equipamentos de informática	5	18.445	2.322	-	101	(1.455)	19.413
		<u>1.354.282</u>	<u>214.170</u>	<u>-</u>	<u>(83)</u>	<u>(3.008)</u>	<u>1.565.361</u>
Depreciação acumulada:							
Edificações		(19.712)	-	(1.426)	187	-	(20.951)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(72.256)	-	(6.370)	(184)	7	(78.803)
Máquinas e equipamentos		(445.382)	-	(46.771)	(52)	375	(491.830)
Veículos		(2.688)	-	(881)	-	448	(3.121)
Móveis e utensílios		(4.360)	-	(403)	-	2	(4.761)
Equipamentos de informática		(9.507)	-	(2.867)	48	1.447	(10.879)
		<u>(553.905)</u>	<u>-</u>	<u>(58.718)</u>	<u>(1)</u>	<u>2.279</u>	<u>(610.345)</u>
Provisão para perdas:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(26)	-	-	-	1	(25)
Máquinas e equipamentos		(49)	-	-	-	6	(43)
		<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>(68)</u>
Custo líquido		<u>800.302</u>	<u>214.170</u>	<u>(58.718)</u>	<u>(84)</u>	<u>(722)</u>	<u>954.948</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Depreciações	Transfe-rências (i)	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Custo:							
Adiantamentos fornecedores	-	-	454	-	-	-	454
Terrenos	-	34.544	-	-	-	-	34.544
Edificações	34	49.406	228	-	44	-	49.678
Benfeitorias em imóveis de terceiros	32	198.054	413	-	1.570	(2)	200.035
Máquinas e equipamentos	18	819.354	11.497	-	55.339	(2.604)	883.586
Veículos	6	9.554	646	-	-	(591)	9.609
Móveis e utensílios	10	6.691	173	-	57	(87)	6.834
Obras em andamento	-	63.291	145.822	-	(58.016)	-	151.097
Equipamentos de informática	5	14.548	2.496	-	1.477	(76)	18.445
		<u>1.195.442</u>	<u>161.729</u>	<u>-</u>	<u>471</u>	<u>(3.360)</u>	<u>1.354.282</u>
Depreciação acumulada:							
Edificações		(18.381)	-	(1.331)	-	-	(19.712)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(66.521)	-	(5.735)	-	-	(72.256)
Máquinas e equipamentos		(405.980)	-	(41.494)	-	2.092	(445.382)
Veículos		(2.039)	-	(924)	-	275	(2.688)
Móveis e utensílios		(4.047)	-	(400)	-	87	(4.360)
Equipamentos de informática		(7.367)	-	(2.216)	-	76	(9.507)
		<u>(504.335)</u>	<u>-</u>	<u>(52.100)</u>	<u>-</u>	<u>2.530</u>	<u>(553.905)</u>
Provisão para perdas:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(27)	-	-	-	1	(26)
Máquinas e equipamentos		(55)	-	-	-	6	(49)
		<u>(82)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>(75)</u>
Custo líquido		<u>691.025</u>	<u>161.729</u>	<u>(52.100)</u>	<u>471</u>	<u>(823)</u>	<u>800.302</u>

i) Refere-se aos valores transferidos para o intangível.

As benfeitorias em imóveis de terceiros e obras em andamento referem-se, substancialmente, às construções e infraestruturas realizadas nos portos e terminais operados pela Sociedade.

As despesas de depreciações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com vendas e comerciais	18	18
Despesas gerais e administrativas	58.700	52.082
	<u>58.718</u>	<u>52.100</u>

12 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adoção CPC 06 (R2)	Adições	Amortizações	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Custo:								
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	254.870	-	-	-	-	-	254.870
Software	5	20.122	-	617	-	84	(690)	20.133
Direitos de propriedade comercial	-	18.684	(18.684)	-	-	-	-	-
		<u>293.676</u>	<u>(18.684)</u>	<u>617</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>(690)</u>	<u>275.003</u>
Amortização acumulada:								
Software		(13.416)	-	-	(1.654)	-	-	(15.070)
Direitos de propriedade comercial		<u>(8.261)</u>	<u>8.261</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(21.677)</u>	<u>8.261</u>	<u>-</u>	<u>(1.654)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.070)</u>
Custo líquido		<u>271.999</u>	<u>(10.423)</u>	<u>617</u>	<u>(1.654)</u>	<u>84</u>	<u>(690)</u>	<u>259.933</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Custo:							
Ágio (i)	-	254.870	-	-	-	-	254.870
Software (ii)	5	25.968	5.304	-	(9.514)	(1.636)	20.122
Direitos de propriedade comercial (iii)	30	18.684	-	-	-	-	18.684
		<u>299.522</u>	<u>5.304</u>	<u>-</u>	<u>(9.514)</u>	<u>(1.636)</u>	<u>293.676</u>
Amortização acumulada:							
Software		(12.281)	-	(1.135)	-	-	(13.416)
Direitos de propriedade comercial		(7.712)	-	(549)	-	-	(8.261)
		<u>(19.993)</u>	<u>-</u>	<u>(1.684)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.677)</u>
Custo líquido		<u>279.529</u>	<u>5.304</u>	<u>(1.684)</u>	<u>(9.514)</u>	<u>(1.636)</u>	<u>271.999</u>

(i) Refere-se aos valores transferidos para o imobilizado e contas a receber.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços prestados	<u>1.654</u>	<u>1.684</u>
	<u>1.654</u>	<u>1.684</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições já incorporadas pela sociedade:

	31/12/2019	31/12/2018
Ágio na aquisição de:		
União Terminais	211.089	211.089
Temmar	<u>43.781</u>	<u>43.781</u>
	<u>254.870</u>	<u>254.870</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019 são de 9,3% e 0% a 1% a.a., dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2020 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

Novos investimentos: para 2020 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. A Sociedade deverá investir R\$ 238 milhões na expansão do terminal de Itaqui e Suape, com conclusões previstas para 2020 e 2021, respectivamente, e na melhoria contínua da segurança e da infraestrutura dos terminais.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos sistemas utilizados pela Sociedade, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, gerenciamento operacional de armazenagem, entre outros.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros de proteção

a. Composição

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos	Vencimento
				financeiros médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	
Moeda nacional:					
Debêntures – 1ª emissão (d)	89.278	-	R\$	6,5	2024
BNDES (c)	7.743	11.969	TJPL (i)	2,2	2020 a 2023
Banco do Nordeste do Brasil (b)	10.039	15.774	R\$	8,5	2020 a 2021
BNDES (c)	<u>13</u>	<u>28</u>	R\$	6,4	2020 a 2021
Total moeda nacional	<u>107.073</u>	<u>27.771</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros					
	<u>-</u>	<u>25</u>			
Total moeda nacional	<u>107.073</u>	<u>27.796</u>			
Circulante	10.138	10.137			
Não circulante	96.935	17.659			

(i) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2019, a TJLP estava fixada em 5,57% a.a.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos financiamentos é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.983
Captações com efeito caixa	5.171
Apropriação de juros	2.656
Pagamento de principal	(12.482)
Pagamento de juros	(2.651)
Variação monetária e cambial	<u>94</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.771
Captações com efeito caixa	89.308
Apropriação de juros	2.536
Pagamento de principal	(10.014)
Pagamento de juros	(1.868)
Variação monetária	37
Variação de valor justo	<u>(697)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>107.073</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
De 1 a 2 anos	6.349	9.470
De 2 a 3 anos	922	6.513
De 3 a 4 anos	484	1.059
De 4 a 5 anos	<u>89.180</u>	<u>617</u>
	<u>96.935</u>	<u>17.659</u>

b. Banco do Nordeste do Brasil

A Sociedade possui contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil no valor principal total de R\$ 10 milhões, com taxa pré-fixada de 10% a.a. paga mensalmente, sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”) e foram utilizados para financiar a construção do terminal portuário em Itaquí em São Luís-MA. O financiamento possui vencimento em setembro de 2021.

c. BNDES

A Sociedade possui financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados.

A manutenção dos índices financeiros exigidos nesses contratos refere-se as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da controladora Ultrapar.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Ultrapar mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes financiamentos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. Debêntures

Em novembro de 2019, a Sociedade efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Sociedade designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

e. Garantias

Os financiamentos e debêntures estão garantidos por avais e notas promissórias no montante de R\$ 107.073 em 2019 (R\$ 27.773 em 2018).

f. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 2019 foram incorridos R\$ 692 de custos de transação. O saldo a amortizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 733 (R\$ 98 em 2018) e o montante amortizado no exercício foi de R\$ 57 (R\$ 40 em 2018).

14 Salários e encargos sociais

	31/12/2019	31/12/2018
Participação nos lucros, bônus e prêmios	14.023	12.776
Provisões sobre folha de pagamento	9.529	9.292
Encargos sociais	4.864	3.525
Outros	283	183
	<u>28.699</u>	<u>25.776</u>

15 Obrigações tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
ISS	3.803	3.354
PIS e COFINS	4.476	4.007
INSS	812	1.164
Outros	579	585
	<u>9.670</u>	<u>9.110</u>

16 Benefícios a empregados e plano de previdência privada***a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar***

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Ultrapar aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Ultrapar e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Ultrapar e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2019, a Sociedade contribuiu com R\$ 1.635 (R\$ 1.529 em 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2019 atingiu 646 participantes ativos e 6 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 1 ex-funcionário recebendo benefício conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade reconhece provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço e indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
Indenização do FGTS	2.502	3.050
Gratificação por tempo de serviço	2.218	2.057
Total	<u>4.720</u>	<u>5.107</u>
Circulante	231	2.408
Não circulante	4.489	2.699

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	5.107	5.654
Custo dos serviços correntes	(442)	264
Custo dos juros	368	455
Despesa do exercício	74	719
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	2.484	(1.266)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(2.797)	-
Saldo final	<u>4.720</u>	<u>5.107</u>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2019	31/12/2018
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,79	9,00
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,64	7,85
Taxa de inflação (longo prazo)	3,80	4,00

17 Provisões e contingências**a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade é parte envolvida em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas (a.1)	4.873	2.012	(1.210)	(427)	890	6.138
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2)	16.877	86	(16.142)	(5)	383	1.199
Tributárias e previdenciárias (a.3)	<u>2.357</u>	<u>2</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>559</u>	<u>2.896</u>
Total	<u>24.107</u>	<u>2.100</u>	<u>(17.374)</u>	<u>(432)</u>	<u>1.832</u>	<u>10.233</u>
Circulante	2.916					1.281
Não circulante	21.191					8.952

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	2.748	2.220
Trabalhistas	4.088	3.607
Cíveis e outros	<u>738</u>	<u>146</u>
Total – ativo não circulante	<u>7.574</u>	<u>5.973</u>

a.1 Provisões trabalhistas

A Sociedade mantém provisão de R\$ 6.138 em 2019 (R\$ 4.873 em 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade possui provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 1.199 em 2019 (R\$ 16.877 em 2018). Em 2018 o saldo era substancialmente representado pela provisão do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de Santos, no montante de R\$ 15.000.

a.3 Provisões tributárias e previdenciárias

A Sociedade possui mandado de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, a sociedade aguarda o efetivo trânsito em julgado da decisão para mensurar o benefício econômico a ser obtido.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade é parte em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50% ou menos) pelo departamento jurídico baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, o montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 82.191 (R\$ 145.269 em 2018).

b.1 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A Sociedade discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a Sociedade firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da Sociedade, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 11.403 (R\$ 62.930 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 não existem pleitos extrajudiciais (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018). Para maiores informações vide nota explicativa nº 18.

18 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos. A tancagem que estava paralisada em função do incêndio, obteve, em fases, as licenças necessárias para a volta da operação e, portanto, o processo de reabilitação da área finalizou em agosto de 2019.

O saldo de indenizações a clientes e terceiros em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.501 foi liquidado no 2º trimestre de 2019.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 75.383.776 ações, sendo 61.302.780 ordinárias e 14.080.996 preferenciais, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2019 houve aumento de capital com reservas de incentivos fiscais no montante de R\$ 8.806 (R\$ 14.660 em 2018).

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da controladora Ultrapar mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 6.c).

c. Reservas de lucros

c. 1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

c. 2 Reserva de retenção de lucros

É constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

1. Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

2. As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.

e. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas.

Às ações preferenciais são assegurados dividendos não cumulativos de 6% ao ano sobre o seu valor unitário, bem como a distribuição de um novo dividendo adicional se às ações ordinárias forem distribuídos dividendos de percentual superior ao da distribuição já feita.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A proposta de dividendos e destinação do resultado do exercício reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	31/12/2019
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Lucro líquido do exercício	34.853
Reserva legal (5% do lucro líquido)	(1.742)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	<u>(8.200)</u>
Lucro líquido ajustado	24.911
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (25% do lucro líquido)	(6.228)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	<u>(2.491)</u>
Total da distribuição de dividendos	(8.719)
Reserva de lucros	<u>(16.192)</u>
<u>Distribuição de dividendos por classe de ação</u>	
Dividendos a pagar para ações ordinárias (R\$ 0,001204 por ação)	74
Dividendos a pagar para ações preferenciais (R\$ 0,613948 por ação)	<u>8.645</u>
Total da distribuição	8.719

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.370
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais do ano anterior	40
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	6.228
Pagamentos	<u>(22.370)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>6.268</u>

20 Receita de serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de serviços prestados	625.039	566.844
Impostos sobre vendas	<u>(84.281)</u>	<u>(74.762)</u>
Receita líquida de serviços	<u>540.758</u>	<u>492.082</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Despesas por natureza

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Gastos com pessoal	155.330	140.391
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	95.812	82.496
Depreciação e amortização	60.373	50.679
Amortização de direito de uso	20.674	-
Serviços prestados por terceiros	40.278	35.681
Aluguel de imóveis e equipamentos	7.387	24.212
Seguro – Incendio	4.959	6.011
Energia elétrica, água e esgoto	8.795	7.707
Imposto Predial e Territorial	1.398	6.396
Outras despesas	7.799	7.403
Total	<u>402.805</u>	<u>360.976</u>
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	266.241	244.803
Despesas com vendas e comerciais	8.684	9.112
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(88)	(90)
Despesas gerais e administrativas	127.968	107.151
Total	<u>402.805</u>	<u>360.976</u>

22 Resultado na venda de bens

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 807 em 2019 (perda de R\$ 2.165 em 2018) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

23 Outros resultados operacionais, líquidos

	31/12/2019	31/12/2018
Sinistro – incêndio em Santos	(3.733)	(4.899)
Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar	(65.539)	-
Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS/Cofins (vide nota explicativa n. 5)	7.331	-
Outros	106	34
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>(61.835)</u>	<u>(4.865)</u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	6.545	12.812
Juros de clientes	318	344
Atualizações de provisões, líquidas, e outras receitas	<u>5.833</u>	<u>6.427</u>
	<u>12.696</u>	<u>19.583</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(1.869)	(2.656)
Juros sobre debêntures	(667)	-
Marcação a mercado dos empréstimos	697	-
Juros sobre arrendamento	(19.602)	-
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(1.223)	(3.345)
Variações cambiais	37	94
Juros capitalizados	<u>10.391</u>	<u>4.949</u>
	<u>(12.236)</u>	<u>(958)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u><u>460</u></u>	<u><u>18.625</u></u>

25 Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação. Não existe diferença entre o lucro básico e diluído por ação em todos os exercícios apresentados.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido da Sociedade	<u>34.853</u>	<u>109.800</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	75.384	75.384
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u><u>0,462</u></u>	<u><u>1,457</u></u>

26 Informações relativas à área geográfica

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, através de prestação de serviços para clientes estrangeiros no Brasil, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de serviços prestados:		
Brasil	519.111	456.852
Estados Unidos e Canadá	6.398	15.074
Europa	15.249	20.156
Total	<u>540.758</u>	<u>492.082</u>

27 Riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo CA da Ultrapar (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- (i) A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.
- (ii) O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- (iii) A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade utiliza instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira	2.353	529
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	2.623	2.439
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	-	1.555
	<hr/>	<hr/>
Posição líquida ativa – total	4.976	4.523

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 4.976 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
Efeito no resultado	Depreciação do Real	498	1.244	2.488
Efeito no resultado	Apreciação do Real	(498)	(1.244)	(2.488)

A tabela abaixo demonstra em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 4.523 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> Provável	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
Efeito no resultado	Depreciação do Real	452	1.131	2.262
Efeito no resultado	Apreciação do Real	(452)	(1.131)	(2.262)

c. Risco de juros

A Sociedade adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 3. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil e debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
DI			
Equivalentes de caixa	3.a	11.336	116.166
Aplicações financeiras	3.b	47.925	37.324
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	26.g	(90.390)	(1.581)
Posição líquida ativo em DI		<u>(31.129)</u>	<u>151.927</u>
TJLP			
Financiamentos - TJLP	12.a	(7.743)	(11.969)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(7.743)</u>	<u>(11.969)</u>
Posição líquida ativo total exposto a juros pós fixados		<u>(38.872)</u>	<u>139.958</u>

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa incremental e a redução de receita que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2019		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável	25%	50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Redução CDI	0,7	1,6	3,2
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Redução CDI	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Redução na receita		<u>0,7</u>	<u>1,5</u>	<u>3,0</u>
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(0,1)	(0,1)	(0,3)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Redução CDI	(1,3)	(3,2)	(6,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Redução CDI	0,0	0,0	0,0
Redução na receita		(1,3)	(3,2)	(6,4)
Elevação				
Efeito nos juros da dívida	TJLP	(0,1)	(0,2)	(0,5)
Despesa incremental		(0,1)	(0,2)	(0,5)

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº3) e contas a receber (vide nota explicativa nº4).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade por insolvência. A Sociedade executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018
AAA	68.059	150.180
AA	-	4.416
Total	68.059	154.596

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pela Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. A Sociedade solicita garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. A Sociedade manteve, em 2019, R\$ 2.001 (R\$ 2.089 em 2018) de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 4.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade examina, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade acredita possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 16,4 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 13). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2020 totaliza R\$ 238 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possuía R\$ 64,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 3).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 da Sociedade, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	136.472	16.358	24.695	95.419
Fornecedores	32.245	32.245	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período, (i) CDI de 4,40% para 2020, 4,95% para 2021, 5,57% para 2022 e 6,01% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,05 em 2020, R\$ 4,16 em 2021, R\$ 4,33 em 2022, R\$ 4,52 em 2023, R\$ 4,73 em 2024, R\$ 4,91 em 2025, R\$ 5,11 em 2026, R\$ 5,32 em 2027, R\$ 5,54 em 2028 e R\$ 5,76 em 2029; (iii) TJLP de 5,57%; (iv) IGP-M 4,18% em 2020, 3,99% em 2021, 3,75% em 2022, 3,58% a partir de 2023; (v) IPCA de 3,46% em 2020, 3,45% em 2021, 3,50% em 2022 e 3,25% a partir de 2023 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 3), financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 13). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade pode utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade utiliza a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
							R\$ milhares	R\$ milhares
Swap de Juros	Dívida	6,47%	100% DI	nov-24	R\$ 90.000	-	583,9	-
							583,9	-

¹ Em milhares. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting) – Hedge de valor justo

A Sociedade designa como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor <i>nocional</i> – R\$	90.000	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) (vide nota explicativa nº 3.b) – R\$	584	-
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(307)	-
Resultado financeiro da dívida – R\$	(390)	-
Custo médio efetivo - % do DI	99,94	-

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 13.d

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade.

	31/12/2019	
	R\$ milhares	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(390)	-
Total	(390)	-

(i) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	8.214	8.214	1.088	1.088
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.a	11.336	11.336	116.166	116.166
Aplicações financeiras:						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	41.993	41.993	31.719	31.719
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo outros resultados abrangentes	3.b	2.507	2.507	2.197	2.197
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Custo amortizado	3.b	3.426	3.426	3.426	3.426
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	584	584	-	-
Contas a Receber de Clietes	Custo Amortizado	4	34.714	34.478	37.139	36.785
Total			102.774	102.538	191.735	191.381
Passivos financeiros:						
Financiamentos e debêntures	Custo amortizado	13.a	107.073	107.493	27.771	28.324
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	13.a	-	-	25	25
Fornecedores	Custo Amortizado		32.245	31.633	50.963	49.011
Total			139.318	139.126	78.759	77.360

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade

calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.

- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade pode utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 3). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

k. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	8.214	8.214	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	3.a	11.336	-	11.336
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	41.993	41.993	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	3.b	2.507	-	2.507
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Custo amortizado	3.b	3.426	-	3.426
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	584	-	584
Contas a Receber de Clientes	Custo amortizado		<u>34.478</u>	<u>-</u>	<u>34.478</u>
Total			<u><u>102.538</u></u>	<u><u>50.207</u></u>	<u><u>52.331</u></u>
Passivos financeiros:					
Financiamentos e debêntures	Custo amortizado	12.a	107.493	-	107.493
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	12.a	-	-	-
Fornecedores	Custo amortizado		<u>31.633</u>	<u>-</u>	<u>31.633</u>
Total			<u><u>139.126</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>139.126</u></u>

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	3.a	1.088	1.088	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	3.a	116.166	-	116.166
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.b	31.719	31.719	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	3.b	2.197	-	2.197
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Custo amortizado	3.b	3.426	-	3.426
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	4	<u>36.785</u>	<u>-</u>	<u>36.785</u>
Total			<u>191.381</u>	<u>32.807</u>	<u>158.574</u>
Passivos financeiros:					
Financiamentos e debêntures	Custo amortizado	12.a	28.324	-	28.324
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	12.a	25	-	25
Fornecedores	Custo amortizado		<u>49.011</u>	<u>-</u>	<u>49.011</u>
Total			<u>77.360</u>	<u>-</u>	<u>77.360</u>

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

1. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2019 para os vencimentos de cada Swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa	114	6.076	12.573
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	(114)	(6.076)	(12.573)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

28 Compromissos

a. Contratos

A Sociedade possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a Sociedade deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A Sociedade tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo os terminais e filiais. O valor máximo indenizável, com base na análise de risco de determinados locais é de R\$ 949 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.612 milhões em 31 de dezembro de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 322 milhões em 31 de dezembro de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Concessões portuárias

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Sociedade por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 9.b). Os investimentos estimados em relação à participação da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 306 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

29 Eventos Subsequentes

Esclarecimentos sobre os impactos do COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Tais medidas poderão impactar o volume de vendas, a geração de caixa operacional e a situação financeira da Sociedade. Diante desse cenário, a Sociedade constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia. Nos termos do Decreto nº 10.282/20, que regulamenta a Lei nº 13.979/20 e define os serviços públicos e atividades essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, as atividades operacionais da Sociedade são classificadas como essenciais. Consequentemente, elas não foram diretamente afetadas e permanecem em funcionamento normal. Nesse sentido, a Sociedade está seguindo as orientações do MS e da OMS para preservar a integridade de seus funcionários e colaboradores e para continuidade operacional.